



PENSANDO IDENTIDADES E POLÍTICAS: NOTAS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA “TRAVESTI” COMO SUJEITO POLÍTICO

André Luiz Zano Tosta¹

Compreender como o sujeito político “travesti²” se articula atualmente dentro do movimento político LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) é uma tarefa bastante complexa. Inicialmente precisamos partir do pressuposto de que as identidades coletivas que fundam sujeitos políticos são articulações contingentes de discursos econômicos, políticos e culturais e de práticas institucionais que instituem pontos de identificação possíveis de reivindicação social e política³. Assim a “travesti” que figura nos documentos oficiais e que ecoa nos discursos militantes constitui uma construção intrincada e contingente, capaz de articular pessoas e discursos e mobilizar demandas políticas e institucionais.

Assim pensar em termos de sujeitos políticos habilitados a falar em nome de certas populações é, invariavelmente, pensar nos processos que o constituíram; nas negociações que teve de realizar para se distinguir dos demais e, sobretudo, nos paradoxos e contradições internas que insistem em vir à tona quando uma identidade política sai do campo da abstração e torna-se um lugar de embate.

No caso das travestis brasileiras o surgimento do movimento que atualmente designamos como LGBT foi fundamental para sua legitimidade política. O Movimento Homossexual Brasileiro (ou MHB⁴) tem seu marco simbólico e histórico de fundação com a criação do SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual em 1978 na cidade de São Paulo, constituindo-se como um grupo focado nas demandas de um público alvo (“homossexuais”). Formado em uma conjuntura de abertura política brasileira após mais de uma década de ditadura militar (iniciado com o Golpe de 1964), o SOMOS foi marcado por fortes princípios anti-autoritários que permeavam os movimentos críticos ao regime. Assim a aversão as práticas de centralização de poder, assim como certa desconfiança

¹ Graduado em Ciências Sociais (modalidade Antropologia) pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Contato: cbdtxt@yahoo.com.br

² Neste texto a palavra travesti tratada entre aspas não reflete seu sentido como uma “performance de gênero” (BUTLER, 2003) ou uma “experiência identitária” (SCOTT, 1998), mas sim a conformação de um sujeito político “travesti” evidenciando como o grupo acaba por se representar nos discursos políticos e militantes.

³ Assim pensada, a identidade deixa de ser uma entidade essencial e passa a ter uma história de sua construção e consolidação. Ver BRAH, 2006; BUTLER, 2003; HALL, 2003.

⁴ MHB foi a nomeação inicialmente utilizada pelo movimento que focava o “homossexual” como sujeito político. A gradual guinada para um enfoque na “diversidade sexual” (e nas identidades que esta categoria representa) ocasionou diversas mudanças na nomenclatura, como bem demonstra Regina Facchini em seu livro “Sopa de Letrinhas” (FACCHINI, 2005).



perante as instituições de estado e os partidos e agremiações políticas, foram características centrais desta primeira fase do movimento.

MacRae (1990) descreveu o SOMOS como um grupo articulado em torno do ideal de construção de uma “comunidade de iguais”, ou seja, perante a prerrogativa de que todos os integrantes teriam igual importância dentro do movimento, evitando assim a produção de um grupo dirigente que centralizaria o poder de decisão. A solidariedade que unia seus militantes (bem como o denominador comum que definia o público alvo de sua atuação) baseava-se no auto-reconhecimento de seus integrantes como “homossexuais”. Esta construção de uma representação coletiva baseada na categoria “homossexual”, contudo, não ocorreu sem resistências.

Ao fundar um sujeito político para atuação foi necessária a supressão das diferenças internas dentro da categoria mais ampla de “homossexual”. Não existia uma unidade nas concepções do que seria este “sujeito homossexual”, sua validade ontológica (ou seja, se apenas a condição de auto-reconhecimento como “homossexual” era viável para organizar politicamente o grupo) ou aos mecanismos mais propícios ou válidos para a atuação política. Havia pressões internas com relação à heterogeneidade dos integrantes, e como descreve MacRae (1990) uma das principais atividades dentro do SOMOS eram os grupos de identificação onde não apenas se partilhavam histórias de vida (em um estilo confessional) mas também se construía uma idéia bem específica de homossexual, a idéia de “homossexual militante”. Isto aliado a necessidade de se rebater os mitos de “inversão sexual” até então propagados levou a um distanciamento entre o “homossexual militante” e a “travesti”, ou como escreve Néstor Perlongher:

Nos seus primórdios, os grupos gay brasileiros se orientaram a diferenciar-se dos travestis, libertando-se da imagem degradada e folclórica do homossexual efeminado, festejado apenas no Carnaval. Este enunciado parece fazer parte do arcabouço ideológico do movimento; porém o ingresso de travestis e bichas “pintosas” foi estimulado, sem muitos resultados...⁵

A década de 1980 foi responsável por uma drástica mudança dentro do MHB, principalmente pelo advento da epidemia de HIV/AIDS, ocasionando a desarticulação do movimento, com a perda de diversos militantes para a doença e pela reação (muitas vezes violenta) da população brasileira diante do avanço da epidemia. Paradoxalmente a este movimento, a AIDS foi responsável por uma “epidemia de informações” (Trevisan, 2000: 463) que levaram ao debate público não apenas cuidados profiláticos e paliativos com relação a AIDS, mas também discussões sobre sexualidade e reprodução alargando o campo de discursos e instaurando uma temática política relevante. Como escreve Trevisan:

⁵PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008, p105.



Ao contrário do que muita gente diz, a meu ver, o vírus da Aids realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido, em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o outro, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum⁶

Mais que uma epidemia de informação, o advento da “peste gay”⁷ ocasionou um dos principais eixos que reformularam o MHB. O chamado período de “reflorescimento” (FACCHINI, 2005) no início da década de 1990 fora marcado pelas políticas públicas com relação à epidemia de HIV/AIDS e proporcionaram um estreitamento de relações entre os grupos organizados de defesa da “diversidade sexual” com as instituições do restaurado Estado Democrático de Direitos.⁸ Evitando trabalhar com uma categoria que se almeja abrangente, mas que acaba por tornar invisível a heterogeneidade interna do grupo, a prerrogativa de um grupo de “homossexuais” foi gradativamente deslocada, neste período, para a construção de um conceito de “diversidade sexual”⁹ como um princípio e um direito a ser defendido.

As mudanças deste novo contexto marcado tanto pela epidemia de HIV/AIDS como a consolidação de um modelo político pautado pelas identidades coletivas que compõem a categoria “diversidade sexual” possibilita a inserção da travesti como sujeito político.

Como relata James Green (2000), em 1993 ocorre a primeira reunião da Associação de Travestis e Liberados e dois anos depois (janeiro de 1995), no Sétimo Encontro Brasileiro de Lésbicas e Gays, a participação de representantes de grupos organizados de travestis refletiu no nome da organização fundada neste encontro – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (atualmente conhecida como ABGLBT¹⁰).

Diante disso é válido destacar que esta inclusão foi negociada, sobretudo, pelos discursos das políticas de saúde que identificavam as travestis como sinônimo de “profissionais do sexo”¹¹, assim tornando-as alvos prioritários das políticas médicas e sanitárias com relação a DST/AIDS. Este alinhamento das demandas políticas das travestis e políticas de saúde ecoa nos debates

⁶ TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso*. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p460.

⁷ As associações diretas entre a AIDS e os homossexuais foram recorrentes no início da epidemia.

⁸ O próprio processo da constituinte (promulgada em 1988) reflete esta mudança de um enfoque de movimento independente das instituições políticas ou de governo para um estreitamento de relações entre eles. Em 1987, João Antonio Mascarenhas (um militante proeminente do MHB) é convidado a falar no Congresso Nacional sobre a inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual na Constituição Federal. A Constituição acabou sendo promulgada sem esta cláusula, porém pela primeira vez foi dado destaque a temática de direito a “diversidade sexual” no Legislativo.

⁹ Vale lembrar que “diversidade sexual” não é um conceito dado, mas construído dentro de um contexto específico que leva a delimitação de quais “diversidades” devem ser defendidas. Assim práticas como necrofilia e pedofilia não encontram respaldo dentro desta proposta.

¹⁰ A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

¹¹ A correspondência entre os termos “travesti” e “profissional do sexo” é marcante, até mesmo em documentos oficiais do Governo Federal Brasileiro como, por exemplo no COB – Classificação Brasileira de Ocupações, onde encontramos (sob o código 5198-05) os dois termos utilizados como sinônimos,



contemporâneos, como por exemplo, na constatação de que o principal evento organizado pelo ANTRA (Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros) é o ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Prevenção da Aids).

Nos últimos anos podemos notar uma gradativa mudança do enfoque das políticas públicas, bem como do eixo temático que organiza as demandas políticas dos movimentos sociais organizados, deixando a área da saúde e concentrando cada vez mais no âmbito dos Direitos Humanos. O Projeto Brasil Sem Homofobia criado em 2004 e coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) é um dos reflexos desta transição. Alargando o debate sobre direitos e cidadania e articulando reivindicações mais amplas do que simplesmente políticas para contenção de DST/AIDS, esta transição para um enfoque em Direitos Humanos acabou envolvendo diversos órgãos e instituições do governo brasileiro bem como dos movimentos sociais organizados e refletiu na construção da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008.

Este breve histórico de inserção e consolidação da travesti como um sujeito político no Brasil nos permite vislumbrar os dois principais desafios estratégicos do movimento travesti: por um lado ao negociar suas demandas políticas específicas com outros sujeitos que compõe o movimento, a categoria “travesti” deve demarcar e construir uma identidade coletiva coerente e possível de ser *representativa*¹² dos sujeitos individuais que almeja abarcar; por outro lado a “travesti” precisa negociar sua agenda política com outros sujeitos políticos também detentores de reivindicações específicas.

Não há como descrever (ou antever) todas as imbricações destes dois eixos que guiam atualmente a atuação política do movimento travesti. Irei a partir de agora pontuar alguns pontos de embate situados neste campo que nos convida a pensar como se operacionaliza o sujeito “travesti”, quais os limites de sua representatividade e como se constrói a atual pauta de reivindicações políticas.

Podemos começar com a tensão existente na formulação da idéia da travesti com relação a outras categorias identitárias na tentativa de formulação de uma identidade legítima e autônoma. As travestis não se almejam identificar-se como “homens homossexuais”, também não reivindicam a

¹² Para Butler, em sua produção teórica a respeito do feminismo, a *representação* serve como “*termo operacional no seio de um processo político que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro lado, a representação é a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres*” (Butler, 2003:18), sendo assim uma estratégia tanto de visibilidade de sujeitos concretos, mediante a construção de um sujeito político (neste caso, a “mulher”), quanto a produção do campo discursivo que ira delimitar este sujeito político.



identificação como “mulheres”¹³ e precisam negociar suas especificidades com as “transexuais”. Situar-se no entremeio destes três sujeitos ocasiona arranjos contingentes, algumas vezes paradoxais, nas agendas políticas das travestis como por exemplo a reivindicação de uma feminilidade própria, ao uso do nome social nas instituições de saúde, mas no alinhamento da travesti no *Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST entre Gays, Homens que Fazem Sexo com Homens (HSH) e Travestis*¹⁴, de 2008.

As travestis aparecem como duplamente desertoras: não são os homens que a “biologia” criou, e não são os “homossexuais” que o movimento inicialmente se propôs a representar. Já as transexuais acabam por se encontrar entre os feminismos¹⁵ que ora as abraça com suas prerrogativas do gênero liberto das amarras do corpo e da biologia, para em outros momentos as rechaçar por não constituírem verdadeiras subjetividades “femininas” (uma vez que tiveram uma educação, uma gênese social, masculina).¹⁶

Travestis e Transexuais estão presentes no acrônimo LGBT representados por uma única letra “T”, mas longe de demonstrar a proximidade entre estes dois sujeitos políticos este lugar acaba por se apresentar como um território de lutas distintas, ou de agendas políticas que sofrem pressões para serem reduzidas e simplificadas. Enquanto as travestis estão muitas vezes posicionadas nos discursos políticos como sinônimo de “profissionais do sexo”¹⁷ e por isso recebem maior atenção (se não, atenção exclusivamente) das políticas públicas de enfrentamento a epidemia de HIV/AIDS, as transexuais são patologizadas¹⁸ pelos discursos médicos, reduzindo muitas vezes suas pautas de reivindicação a cirurgia de redesignação sexual.

Ainda sim, seguindo as sugestões de Berenice Bento em seu livro *O que é Transexualidade* (2008), podemos perceber que “talvez o esforço permanente em definir limites e incomensurabilidades sejam indicadores de proximidades entre estas duas expressões identitárias” (BENTO, 2008:56).

Diante de tamanha carga depreciativa que envolve a categoria travesti (envolvendo idéias de marginalidade, violência e prostituição) identificar-se com ela torna-se um problema. Isto nos indica

¹³ Como escreve Silvia Aguião (2010) sobre suas observações no processo da construção da I Conferência Nacional GLBT em 2008: “Outra polêmica apareceu na fala de uma liderança travesti em uma das mesas em etapa estadual da Conferência Nacional, que declarou que ‘travesti não é homem e nem mulher’”.

¹⁴ Ver AGUIÃO, 2010

¹⁵ Uso o termo no plural por compreender que não existe um só feminismo, ou um só movimento de mulheres, mas um campo político e teórico multifacetado que (a revelia do reducionismo efetuado nesta passagem) mostra-se muito mais complexo que se poderia discutir neste trabalho.

¹⁶ Para um breve relato das tensões entre o movimento de mulheres e o movimento de transexuais ver BENTO, 2008.

¹⁷ Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações, o código 5198 remete os termos “travesti” e “profissional do sexo” como sinônimos. Ver LEITE Jr., 2008: 209-210.

¹⁸ Ver BENTO, 2006



uma das possibilidades do porque a travesti acabar por se constituir como o “outro” discursivo da transexual, tornar-se aquela que sintetizaria tudo o que é condenável e deve ser evitado. “É como se a categoria médica ‘transexual’ fizesse o trabalho de limpeza, assepsia de uma categoria da rua [a travesti]” (BENTO, 2008:60). Assim as disputas entre estas duas experiências identitárias podem ser compreendidas não apenas na descrição de suas especificidades (como se fossem fenômenos universais), mas na formulação de qual experiência é legítima de ser vivenciada e qual deve ser silenciada.¹⁹

Esta contraposição entre a travesti e a transexual esta marcada muito além do contexto brasileiro, organizando discursos e lutas políticas que extrapolaram o território nacional. Como escreve Lohana Berkins:

Nosotras sostenemos la identidad travesti no sólo recurriendo al regionalismo lingüístico, sino a circunstancias y características que hacen del travestismo un fenómeno diferente de la transgeneridad norteamericana y europea. En primer lugar, las travestis vivimos circunstancias diferentes respecto de las que atraviesan muchas transgéneros de otros países, quienes a menudo recurren a cirugías de reasignación de sexo y tienen como objetivo reacomodarse en la lógica binaria como mujeres o varones. Gran parte de las travestis latinoamericanas reivindicamos la opción de ocupar una posición fuera del binarismo y es nuestro objetivo desestabilizar las categorías varón y mujer. En segundo lugar, la palabra transgeneridad se originó a partir de trabajos teóricos desarrollados en el marco de la academia estadounidense. En contraste, como mencioné anteriormente, el término travesti en Latinoamérica proviene de la medicina y ha sido apropiado, reelaborado y encarnado por las propias travestis para llamarse a sí mismas. Éste es el término en el que nos reconocemos y que elegimos para construirnos como sujetas de derecho²⁰

A travesti como um lugar de luta política não apenas no Brasil, mas como uma peculiaridade da América Latina em detrimento da transexualidade que marca o contexto norte-americano e europeu, é uma nova possibilidade aventada dentro da militância. Resta agora saber quais serão os limites da representatividade de uma coalizão das travestilidades latino-americanas, se este novo discurso será capaz de mobilizar os sujeitos que se reconhecem como travestis e quais serão os alcances de uma política baseada na solidariedade internacional.

¹⁹ Embora as transexuais encontrem nos saberes médicos e científicos os discursos que possibilitam legitimar suas existências concretas isso não ocorre sem o pagamento de um alto preço. Como apontou Berenice Bento no Simpósio Temático do qual participou no *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8* (2008, Florianópolis-SC), ao atrelar a legitimidade desta identidade aos mesmos discursos que a descrevem como transtorno e patologia, as transexuais (enquanto pessoas transtornadas) tem suas capacidades individuais questionadas, cabendo a equipe médica que a acompanha tomar as decisões. Assim o corpo transtornado é similar ao corpo tutelado. No livro *Transexuais* (RAMSEY, 1998), que é formulado no formato de perguntas e respostas, encontramos a seguinte passagem emblemática da postura médica com relação a transexualidade: “Incomoda-me que problemas de gênero sejam chamados de ‘distúrbio’. Qual é a sua opinião sobre este diagnóstico? Antes de tudo, você deveria estar feliz por haver diagnósticos que incluam distúrbios de gênero (...) Além disso, por mais que isto soe duro, transexuais não são normais” (RAMSEY, 1998:48 destaques no original)

²⁰ BERKINS, Lohana. Travestis: uma identidade política. In: *VIII Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres/ III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género Diferencia Desigualdad. Construirnos en la diversidad*, Villa Giardino, Córdoba, 28 de outubro de 2006.



Para encerrar cabe apontar que diante da construção da já citada Conferência Nacional de 2008 o movimento de “travestis”, assim como o movimento LGBT em geral, se encontra num momento privilegiado (ao menos no campo do discurso político). Após sua lenta inserção no movimento político na segunda metade da década de 1990, sobretudo marcada por demandas da área epidemiológica, o movimento “travesti” agora possui uma pauta de reivindicações que passa pela área da saúde mas abarca outras agendas, ligadas a diversos órgãos e ministérios do governo federal. Educação, Cultura, Trabalho e Emprego: apenas alguns dos novos campos de discussão que foram abertos com a Conferência Nacional e que cabe agora serem explorados, dando continuidade ao percurso que foi esboçado neste texto.

Bibliografia

AGUIÃO, Silvia. Os “LGBT” e os Direitos Diferenciados no Governo Brasileiro. In: *Seminário Gênero, sexualidades, subjetividades, parentesco*, IFCH/UNICAMP, Campinas, 03 de março de 2010.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BERKINS, Lohana. Travestis: uma identidade política. In: *VIII Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres/ III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género Diferencia Desigualdad. Construirnos en la diversidad*, Villa Giardino, Córdoba, 28 de outubro de 2006.

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 26, pp. 329-376, janeiro-junho de 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? – movimento homossexual produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão’: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 15, pp. 271-295. 2000.

HALL, Stuart. *A questão da Identidade Cultural*. Campinas: Textos Didáticos IFCH/UNICAMP, 2003.

LEITE Jr, Jorge. “*Nossos corpos também mudam*”: sexo, gênero e a invenção das categorias ‘travesti’ e ‘transexual’ no discurso científico. Tese de doutorado – Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*.



Campinas: Editora Unicamp, 1990.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS*. Tese de Doutorado – PPG em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2007.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

SCOTT, Joan W. “O enigma da igualdade”. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.13, n.1, janeiro-abril. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-26X2005000100002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 12/12/2008.

SCOTT, Joan W. “A invisibilidade da experiência”. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 16, pp. 297-325, fevereiro de 1998.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso*. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.